

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 30/04/2019	Página:



Petrobras inicia processo de arrendamento de Fafens

BAHIA E SERGIPE A Petrobras informou ontem que abriu a licitação para arrendamento das Fafens, como são conhecidas as fábricas de fertilizantes nitrogenados da empresa em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA). A licitação inclui os terminais marítimos de amônia e ureia no Porto de Aratu, na Bahia, informou a estatal. A Petrobras pré-qualificou três propostas para a segunda fase, entregues pelas empresas Proquigel Química, PJSC Acron e Formitex Empreendimentos e Participações.

As empresas pré-selecionadas pela Petrobras terão até 22 de junho para entregar

a proposta final à estatal. Vence quem apresentar o maior preço para o arrendamento no período de dez anos, renováveis por mais dez. A licitação está de acordo ao disposto na Lei 13.303 e no Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP).

600

milhões de reais é o prejuízo da estatal com duas indústrias de fertilizantes

Em março de 2018, a Petrobras anunciou o fechamento das duas fábricas, explicando a decisão de sair do setor de fertilizante. O motivo alegado foram as perdas que a estatal acumulava com esta operação, chegando a ter um resultado negativo de cerca de R\$ 600 milhões em 2017. Trabalhadores e políticos dos dois estados se opuseram à medida e a questão foi judicializada. A companhia está impossibilitada de vender controle de subsidiárias por liminar do Supremo Tribunal Federal e já havia previsto em seu balanço perdas com a paralisação total das indústrias.

30/04/2019 - 05:00

Adesão a plano de gás abre ajuda do Tesouro a Estados

Por **Rafael Bitencourt**

A adequação das leis estaduais ao plano de abertura do mercado de gás natural, anunciado pelo ministro Paulo Guedes (Economia), será exigida como uma das contrapartidas à liberação de R\$ 10 bilhões como garantia do Tesouro para ajudar os Estados a terem acesso a financiamentos. Segundo o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, a garantia do Tesouro valerá ao longo do mandato dos atuais governadores.

"O Estado, na medida em que faz o esforço fiscal, terá uma garantia do Tesouro para que siga com sua trajetória de alinhamento, de busca do equilíbrio fiscal. Dentro dessas medidas, desenharemos alguns incentivos ao mercado de gás na estrutura regulatória", afirmou o secretário ao participar do workshop Integração do Gás Natural na Matriz Energética, realizado ontem pelo Ministério de Minas e Energia.

Para Rodrigues, a oferta de garantia é parte solução "conjuntural" oferecida pelo governo federal. O segundo benefício, de caráter "estrutural", envolve o acesso permanente dos Estados aos recursos do Fundo Social, que é abastecido com a renda dos campos do pré-sal. Rodrigues lembrou que a medida já havia sido prometida por Guedes em ocasiões como o Fórum dos Governadores e a Marcha dos Prefeitos.

No caso do Fundo Social, Rodrigues disse que os recursos serão acessados por Estados que cumprirem indicadores sociais relacionados à educação básica e à mortalidade infantil. Segundo ele, a adequação do quadro regulatório do setor de gás também será uma exigência para os governos estaduais usarem o dinheiro do fundo.

Na abertura do evento, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu a mudança nas leis estaduais como forma de criar o ambiente competitivo no segmento de distribuição de gás natural - atividade regulamentada pelos Estados. Para ele, a estratégia deve permitir o surgimento de consumidores livres, que têm a liberdade para escolher de quem comprar o combustível.

Na visão do ministro, os Estados devem refletir sobre o impacto do atual modelo de cobrança de impostos sobre a competitividade no setor. Ele considera que será preciso aprimorar a lei complementar do ICMS para reconhecer o transporte de gás no sistema de entradas e saídas do insumo.

Presente ao evento, o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Thiago Barral, disse que os tributos respondem por 24%, em média, do valor final do gás natural - nos Estados Unidos, essa despesa está limitada a 7%. "Quando olhamos apenas a molécula de gás, chegamos à conclusão de que os preços praticados no Brasil são similares e equiparáveis aos do Reino Unido e da Ásia", disse, destacando que o transporte (gasodutos) é outro componente de custo importante que recai sobre o preço final do gás.

30/04/2019 - 05:00

Empresas obtêm decisões para receber restituição ou deixar de pagar ICMS-ST

Por **Laura Ignacio**

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que definiu, em 2016, o direito das empresas ao ressarcimento do ICMS-Substituição Tributária (ST) pago a mais não finalizou a discussão. No Rio Grande do Sul, empresas questionaram na Justiça norma editada pelo Estado após a decisão e conquistaram dois importantes precedentes.

Um grupo de mais de dois mil postos de combustíveis obteve o direito de receber a restituição do ICMS-ST em dinheiro ou vender créditos a terceiros. Já uma concessionária de veículos conseguiu a primeira decisão de mérito da qual se tem notícia que a desobriga de complementar o valor do imposto, em caso de recolhimento a menor.



Anderson Trautman Cardoso: empresas gaúchas têm procurado a Justiça porque o Decreto nº 54.308/2018 criou uma burocracia enorme para a restituição de ICMS-ST

Segundo a decisão do Supremo, a restituição é devida pelos Estados quando o produto for vendido por um preço menor do que o estipulado para o recolhimento do ICMS-ST. Com o entendimento, Estados como São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul editaram normas para restituir as empresas com créditos e começar a cobrar a diferença - quando o preço ao consumidor for maior do que o usado para o cálculo do tributo.

Como a restituição tem sido feita por meio de créditos, quem não tem débitos para fazer a compensação tem recorrido à Justiça. A situação é comum entre exportadores, por exemplo. Eles pedem para receber em dinheiro ou vender os créditos a outras empresas.

Na 21ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS), os desembargadores entenderam que a restituição pode ser feita "em pecúnia ou mediante transferência dos créditos". Prevaleceu o voto do presidente da Corte, desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, que analisou o Decreto Estadual nº 54.308, de 2018.

A decisão (processo nº 70080559354) beneficia o Sindicato Intermunicipal do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Estado do Rio Grande do Sul (Sulpetro), que reúne aproximadamente 2,7 mil postos do Estado. Segundo o advogado Thiago Tobias Bezerra, do escritório Tobias Adv e representante do sindicato no processo, como o estoque de combustíveis não dura mais do que uma semana nos postos, o setor é gerador de créditos do tributo e os acumula.

Já uma empresa de comércio de veículos gaúcha conseguiu na 22ª Câmara Cível do TJ-RS decisão que a libera de pagar a complementação de ICMS-ST. Os desembargadores negaram recurso de apelação do Estado, mantendo o entendimento da primeira instância. "Sem razão o Estado do Rio Grande do Sul quando alega ser devida a complementação do imposto acaso a venda tenha se dado em valor superior à base presumida, notadamente porque no julgamento do RE 593849 [STF] não houve debruçamento sobre tal hipótese", diz o acórdão (processo nº 70079755724).

Por nota, a Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul diz estudar os casos e que há também julgado favorável à complementação de ICMS-ST no TJ-RS (processo nº 70080368475).

O advogado Rafael Nichele, da banca de mesmo nome, lembra, porém, que a decisão do Supremo, de 2016, nada falou sobre complementação de ICMS-ST. "A cobrança é uma forma de os governos tentarem reverter os prejuízos causados pela decisão, diante do atual cenário econômico dos Estados", diz.

Segundo Anderson Trautman Cardoso, advogado do Souto Correa e representante da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), as empresas gaúchas têm procurado a Justiça porque o Decreto nº 54.308, de 2018, criou uma burocracia enorme para a restituição de ICMS-ST. A mesma situação, acrescenta, é enfrentada em outros Estados. "Vários grandes varejistas são extremamente afetados. Enfrentam grande dificuldade para apurar o valor a receber", diz.

Ao menos no Rio Grande do Sul há chances de mudanças, segundo o advogado. Na quarta-feira, Cardoso participou de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado sobre o tema. "Foi criado um grupo de trabalho formado por deputados, representantes da Fazenda e entidades empresariais para mediar a revisão do decreto."

Em Minas Gerais, para evitar novos embates judiciais, o governo editou em fevereiro o Decreto nº 47.621. A norma permite que os contribuintes optem, anualmente, por abrir mão do ressarcimento e, ao mesmo tempo, deixar de ter pagar eventual complementação de ICMS-ST. Na semana passada, por meio do Comunicado nº 3, a Superintendência de Tributação mineira prorrogou o prazo para essa opção para 15 de maio, com efeito retroativo a 1º de março.

De acordo com Hugo Reis Dias, do HRD Advogados, a opção é importante porque algumas empresas desistiram da restituição por causa da burocracia contábil. "Em Minas só é possível obter a restituição via créditos de ICMS e, em alguns casos, eles nunca seriam utilizados", diz.

Dias acrescenta que foram colocados muitos empecilhos à restituição. "É o mesmo que não restituir", afirma. Por isso, entidades empresariais teriam lutado pela alternativa instituída pelo Decreto nº 47.621. "Agora, só clientes com altos valores a restituir e que topam a burocracia vão ficar no regime da restituição/complementação."

Tanto a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul como a de Minas Gerais disseram que ainda não conseguem mensurar quanto podem receber de complementação de ICMS-ST.

Já a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina afirma por nota que, segundo análises preliminares, "os valores a complementar serão superiores aos valores a restituir". Diz ainda respeitar o princípio constitucional da anterioridade ao cobrar a complementação, criada por meio da Lei nº 17.538, de 2018, só em relação às vendas realizadas a partir deste ano.

Em São Paulo, a Secretaria da Fazenda e Planejamento também não tem a previsão financeira da complementação a receber. Mas defende que a decisão do Supremo admite a cobrança. Por outro lado, diz estudar a adoção da opção oferecida em Minas Gerais. "É uma alternativa que será avaliada adequadamente pelas equipes técnicas do Fisco paulista", afirma por meio de nota.

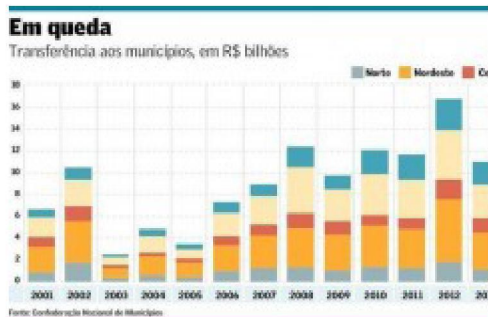
30/04/2019 - 05:00

União acelera repasses a prefeituras em ano eleitoral

Por **Rodrigo Carro**

As transferências da União às prefeituras para investimentos tendem a se expandir em ano de eleições municipais, evidenciando uma relação entre os repasses federais e os ciclos eleitorais, indica um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM) que engloba os últimos 18 anos.

Em 2004, por exemplo, mesmo num período de ajuste fiscal, os repasses para os municípios quase dobraram em relação ao ano anterior. A trajetória ascendente de repasses se manteve até 2012, com picos justamente em anos de eleições locais (2008 e 2012).



"O maior volume [de investimento] acontece geralmente no quarto ano de mandato do prefeito, quando [o partido que está na Presidência] quer eleger ou reeleger um aliado", diz Eduardo Eduardo Stranz, consultor da área de Estudos Técnicos da CNM. "A transferência [para investimentos] é usada como recurso para montar uma base de apoio ao governo federal."

O quarto ano dos prefeitos no poder coincide normalmente com o segundo do mandato do presidente da República, o que favorece a liberação de repasses aos municípios - justifica Stranz -, uma vez que o governante federal já teve, pelo menos em teoria, 12 meses para tomar pé da situação, caso seja estreante no cargo.

Entre 2013 e 2016, sob efeito da forte desaceleração da economia brasileira a partir de 2014, o valor total repassado aos municípios para investimento encolheu 8% na comparação com o quadriênio imediatamente anterior (2009-2012), totalizando R\$ 47,4 bilhões, conforme dados compilados pela CNM. Mesmo assim, as transferências de capital cresceram em 2016, frente ao ano anterior, apesar de duas contrações sucessivas do Produto Interno Bruto (PIB) registradas no período - em 2015 a economia brasileira teve contração de 3,5% e, no ano seguinte, a retração foi de 3,3%.

A tendência de queda nos repasses se acentuou no biênio 2017-2018, devido ao cenário de forte contração fiscal. O estudo da CNM indica que a fase da política fiscal praticada pelo governo federal - expansionista ou contracionista - tende a determinar o nível dos repasses às prefeituras. Já o ciclo eleitoral tende a influenciar a maneira como esses recursos (sejam eles escassos, sejam abundantes) são distribuídos ao longo do mandato dos prefeitos.

O peso dos prefeitos dentro do xadrez político brasileiro cresceu a partir da "recentralização" federativa promovida durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, explica o cientista político Carlos Pereira, professor titular da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Medidas como a privatização de bancos estaduais e a renegociação das dívidas com a União impuseram limitações ao poder político dos governadores, lembra Pereira. "O sistema político brasileiro está baseado na nutrição de bases de interesse local", acrescenta o cientista político. "O deputado federal nada mais é do que um 'broker' [corretor]. Ele será mais eficiente quanto mais recursos conseguir carrear para sua base local. Não só para políticos, mas para a população."

A partir de dados de 5.572 municípios, a CNM constatou que, em 2003, o total de cidades que ficaram sem repasses da conta investimento do governo federal foi de 2.484. No ano seguinte, quando foram realizadas eleições municipais, o número de cidades que não receberam recursos caiu pouco mais de 31%, para 1.711. O mesmo fenômeno se repetiu no

biênio 2011-2012. E, também, no período 2015-2016, quando o total de prefeituras não contempladas passou de 212 para 191.

Como exemplo da relevância das demandas locais, Pereira cita um estudo próprio feito a partir de entrevistas em 12 municípios de diferentes regiões brasileiras no qual eleitores revelaram suas expectativas em relação à atuação de seus deputados federais. "A resposta mais frequente foi: 'Quero que o meu representante traga recursos para a minha localidade'", conta o professor titular. "O que o eleitor quer é política local, e não ter um representante em Brasília para alocar tempo na elaboração de políticas globais."

30/04/2019 - 05:00

Relator Moreira diz que reforma deve buscar equilíbrio fiscal e social

Por Fabio Graner

Recém-indicado relator da reforma da Previdência, o deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) avalia como "consistente" a meta do ministro Paulo Guedes de economizar ao menos R\$ 1 trilhão com a reforma da Previdência. Ainda iniciando os trabalhos da relatoria, o parlamentar garante que terá grande atenção com a questão fiscal, para ele, o grande problema a ser equacionado pelo país.

"A meta que está prevista é boa, robusta. É um objetivo consistente que pode ajudar no equilíbrio das contas", disse o parlamentar tucano ao **Valor**, apontando que, de preferência, vai buscar um número compatível com o que está sendo pensado pela equipe econômica.

Em um momento no qual já se fala que o Congresso deve derrubar a economia projetada - até o próprio presidente Jair Bolsonaro já empurrou para R\$ 800 bilhões a linha de corte da reforma -, o discurso de comprometimento fiscal do deputado é um sinal favorável para o time de Paulo Guedes.

Essa postura do relator não significa, contudo, qualquer garantia de que o número almejado pela área econômica será alcançado. Mesmo no time do "superministro", números entre R\$ 500 e R\$ 800 bilhões de economia já são mencionados.

Nesse sentido, apesar de salientar preocupação em garantir que a reforma equacione o quadro fiscal, o deputado afirma que buscará equilibrar o ajuste nas contas públicas com as questões da justiça social, do conceito correto de sistema previdenciário e a autonomia da comissão e do plenário para alterar o texto.

Ele evita tecer comentários de mérito mais aprofundados sobre aspectos específicos da PEC. Mas aponta que é preciso ter clareza que a Previdência tem como função garantir proteção para a terceira idade de verdade e não permitir aposentadoria de pessoas na casa dos 50 anos.

Promete que ouvirá também as diferentes corporações, mas demonstra certa antipatia aos conceitos de paridade e integralidade. "Temos que ter um sistema de seguro laboral contra a velhice, não que fique repetindo o salário da ativa", afirmou, ressaltando que essa tese não se aplica à população de renda mais baixa, vinculada ao salário mínimo. "O salário mínimo é cláusula pétrea, pode-se repetir o salário da ativa nas faixas mais baixas de renda", comentou, colocando também no rol de temas a serem discutidos as pensões abaixo de um salário mínimo, como propõe o governo.

Também reforça que debaterá temas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sobre o qual anteriormente havia se posicionado contra as mudanças propostas pelo governo.

"Agora sou relator, não é mais a minha visão apenas que conta. O BPC é para situações de miserabilidade, precisamos estudar isso", disse, reconhecendo que a concorrência com a aposentadoria por idade é uma questão que não pode ser desconsiderada.



Samuel Moreira: "O salário mínimo é cláusula pétrea, pode-se repetir o salário da ativa nas faixas mais baixas de renda"

Outro tema polêmico, a criação do regime de capitalização ainda será estudada pelo parlamentar, que quer avaliar se a medida não prejudica o ajuste fiscal do atual sistema. "Verifiquei que não há uma proposta detalhada. Mas acho que precisamos primeiro fazer contas para ver se fica de pé do ponto de vista da sua sustentabilidade e, ainda, se não causa problema fiscal no ajuste ao sistema de repartição existente", afirmou.

O desafio do parlamentar se torna ainda mais espinhoso diante das dificuldades que o governo tem demonstrado em construir e coordenar sua base de apoio no Congresso. Nessa semana, o debate não deve ter avanços por conta do feriado de amanhã, que levou a uma espécie de recesso informal de deputados e senadores. Na próxima, contudo, as negociações e discussões entre o governo e o Congresso devem se intensificar.

Enquanto isso, a equipe econômica voltou à carga na defesa política da reforma. Ontem, a secretaria de Política Econômica do ministério da Economia divulgou estudo no qual sustenta que a reforma promoverá uma forte redução dos subsídios dados à parcela mais rica da população. "É moralmente inaceitável que os mais pobres sejam obrigados a subsidiar os mais ricos. A nova previdência não é apenas economicamente correta, mas também moralmente justa", disse ao **Valor** o secretário Adolfo Sachsida, responsável pelo estudo.

O documento aponta que tanto na Previdência pública como na privada a população que tem os salários mais altos acaba se beneficiando mais do que os mais pobres. E com a reforma isso seria reduzido. A nota técnica explica que, enquanto um trabalhador que ganha acima de do teto do INSS (cuja renda média é de R\$ 11.700) receberia, pelas regras atuais, quase R\$ 400 mil a mais do que contribuiu em valor presente, pela proposta da Nova Previdência passará a receber cerca de R\$ 75 mil a mais, havendo, portanto, uma redução grande no seu subsídio. "Ao mesmo tempo o trabalhador que recebe um Salário Mínimo e recebe hoje R\$ 152.949,81 a mais do que contribuiu, passará a receber R\$ 153.887,46", completa a nota.

No caso do setor público, a disparidade é ainda maior. "O caso de salário mais alto considerado é o de juiz federal, que recebe hoje mais de R\$ 4,8 milhões em subsídios previdenciários. No caso da Nova Previdência tal subsídio passa a ser negativo em R\$ 168 mil".

Veículo: Política Livre	
Data: 30/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Guedes aceita 'dar' a Estados 20% do pré-sal

Foto: André Coelho / EFE



Paulo Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, aceita distribuir uma parcela dos R\$ 106 bilhões previstos com o megaleilão do pré-sal com os Estados desde que haja avanço na votação da reforma da Previdência. Uma das alternativas em discussão é dividir até 20% do chamado bônus de assinatura, que é o pagamento que a empresa ganhadora fará ao governo quando assinar o contrato de exploração da área leiloada. A discussão faz parte das negociações que estão em andamento para a mudança da emenda do teto de gasto, o limitador do crescimento das despesas e principal âncora da política fiscal brasileira. Como antecipou o Estado, a mudança da emenda é necessária para que haja o pagamento de R\$ 33,6 bilhões (US\$ 9 bilhões) que a União deve à Petrobrás pela revisão da chamada cessão onerosa de exploração do pré-sal. Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo da cessão onerosa, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo na bacia. À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A estimativa do governo federal, porém, é que a área pode render mais 6 bilhões de barris, e, diante disso, a União pretende fazer um megaleilão do volume excedente, marcado para o fim de outubro. A alteração no teto será feita na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Orçamento impositivo em tramitação na Câmara. A PEC, que engessa ainda mais o Orçamento e torna obrigatório o pagamento de despesas como as emendas parlamentares de bancada, foi aprovada no Senado com modificações e retornou à Câmara. Se houver mudanças, o texto terá que ser votado também no Senado. A negociação é delicada para a área econômica enfrenta dificuldades no Orçamento e esses recursos são fundamentais para fechar as contas públicas e há resistências dentro da própria equipe de fazer a partilha do bônus de assinatura. Há uma preocupação também com o risco de parlamentares aproveitarem a mudança no teto de gasto para incluir outras exceções no limite de despesas. Já existe um movimento para retirar do teto também os gastos com investimentos.

Estadão

Veículo: bahia.ba	
Data: 30/04/2019	Caderno: Política



POLÍTICA

Publicado em 30/04/2019 às 06h17.

Guedes diz que governo trabalha para reduzir, não aumentar impostos

Segundo o ministro, a eventual criação de uma contribuição sobre pagamentos resultaria em simplificação e em diminuição da carga tributária



Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

O ministro da Economia, Paulo Guedes, na segunda-feira (29) que a proposta de reforma tributária em estudo pela equipe econômica resulte em aumento de impostos. Segundo o ministro, a eventual criação de uma contribuição sobre pagamentos resultaria em simplificação e em diminuição da carga tributária.

“O [secretário especial da Receita Federal] Marcos Cintra não fez nenhuma proposta de aumento de impostos. Temos dito que vamos reduzir e simplificar impostos. Em nenhum momento, ele disse que vai aumentar impostos. Ele foi mal interpretado”, declarou Guedes na portaria do Ministério da Economia após reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Maia também comentou a proposta de Cintra, que prevê a unificação de vários tributos federais no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a criação de uma contribuição sobre pagamentos, que abrange não apenas as movimentações financeiras, mas qualquer pagamento. Segundo o

presidente da Câmara, onde tramita outra proposta de reforma tributária, não existe conflito com o governo porque a proposta do secretário da Receita ainda está em fase inicial de elaboração.

Maia, no entanto, enfatizou que o Legislativo não aceita aumento de tributos. “Não vou tratar de aumento de imposto. Sobre isso, já dei minha opinião. A Câmara tem muita dificuldade de tratar de aumento de impostos. Não vamos transformar uma entrevista [de Cintra para o jornal Folha de S.Paulo] em tese num fato consumado que não é verdadeiro, até porque ele não apresentou proposta concreta na Câmara dos Deputados”, declarou.

Previdência

Maia visitou Guedes para apresentar o presidente e o relator da comissão especial da reforma da Previdência, deputados Marcelo Ramos (PR-AM) e Samuel Moreira (PSDB-SP), respectivamente. Na saída do encontro, os quatro foram ao Palácio do Planalto visitar o presidente Jair Bolsonaro. Segundo Guedes, o Executivo e o Legislativo estão trabalhando em conjunto para resolver o principal problema das contas públicas brasileiras.

“O presidente da República e o presidente da Câmara estão construindo um clima bastante favorável para atacarmos nosso principal problema hoje, que é exatamente o desequilíbrio orçamentário que ameaça o sistema previdenciário brasileiro. Então, é muito construtiva essa aproximação dos presidentes [Bolsonaro e Maia]. São dois poderes independentes trabalhando harmonicamente para resolver o problema fiscal brasileiro”, declarou o ministro.

Zona franca

Guedes comentou ainda a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que ampliou o subsídio da União à Zona Franca de Manaus. De acordo com o ministro, o Supremo dificulta o reequilíbrio fiscal ao determinar o pagamento de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre insumos já isentos do tributo.

“Decididamente o Supremo, criando um buraco adicional de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões com uma decisão, dificulta essa solução do problema fiscal. É um problema econômico. Estamos assistindo a uma judicialização e a uma defesa. Eu não vou criticar o Supremo do ponto de vista jurídico. Agora, do ponto de vista econômico, devolver impostos que não foram pagos não contribui para resolver o problema fiscal brasileiro”, declarou Guedes.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Os ruídos da reforma tributária

O secretário da Receita, Marcos Cintra, disse em várias ocasiões que o governo iria criar um novo imposto, mas só ontem o presidente Jair Bolsonaro ouviu. Talvez pelo fato de Cintra ter citado o exemplo dos dizimos nas igrejas. O secretário já havia citado a economia informal, e até o escambo, para deixar claro que nada escaparia do novo tributo. Dar detalhes de uma reforma ainda embrionária, que não foi amadurecida internamente, sempre gera ruídos. Quando ela se propõe a mudar a estrutura dos impostos, a confusão é ainda maior.

O próprio ministro da Economia, Paulo Guedes, tem citado essa reforma, adiantando alguns pontos. Numa entrevista que fiz com o secretário da Receita, Marcos Cintra, há menos de duas semanas, perguntei como o imposto conseguiria pegar a economia informal, dado que todos os seus pagamentos são sem registro, e como seria a fiscalização:

— A beleza do imposto sobre pagamentos é que ele não precisa de fiscalização. Toda atividade econômica gera um pagamento pela sua própria natureza. Se isso vai pegar todos as transações vai pegar também a

economia informal. Mesmo o que for pago em dinheiro, como um carro, em algum momento vai ser registrado e precisa ter o Darf. Até mesmo negócios no exterior. Tendo registro no Brasil, não terá validade jurídica se não tiver passado pelo sistema financeiro brasileiro.

Em outra entrevista anterior, ao "Estado de S. Paulo", ele disse que até escambo, negociação sem moeda, seria tributado por esse onipresente imposto. O difícil no caso da reforma que está sendo pensada no Ministério da Economia é entender como vai funcionar. A proposta é acabar com um imposto e substituir por outro. Esse tributo sobre pagamentos, que na entrevista à "Folha de S. Paulo" ele chamou de Contribuição Previdenciária (CP),

substituiria tudo o que hoje é recolhido pelas empresas para o INSS. Permaneceria apenas a contribuição do trabalhador. Se algo der errado nesse tributo, aumentará o déficit da Previdência.

O imposto está sendo visto como uma grande CPMF, já que o que se pretende é ampliar ainda mais o conceito daquele tributo. Em vez incidir sobre as movimentações bancárias, seria sobre pagamentos:

— Qualquer débito e crédito bancário vai ter pagamento. Qualquer saque e depósito de numerário no sistema bancário será tributado em dobro. Se eu vou ao caixa do banco, eu saco dinheiro para depois fazer pagamentos, sem recolher esse imposto, porque é em espécie, eu já paguei quando saquei, previa-

mente. É um tributo mais amplo, mais universal. É o único tributo que abrange a totalidade dos agentes econômicos.

Segundo ele, mesmo quando sonega a empresa acabará pagando porque a sonegação não torna desnecessária a retribuição ao serviço prestado. Em algum momento, essa transação será captada pelo sistema de pagamentos.

Haveria, segundo Cintra, nessa reforma que vai aparecendo aos poucos na entrevista, a unificação de alguns tributos federais. Ele fala em PIS/Cofins com IPI, uma parte do IOF e talvez CSLL. Eu cheguei a perguntar ao ministro Paulo Guedes como seria possível unificar impostos de bases tão diferentes. O IOF é sobre operações financeiras, a

CSLL é sobre lucro das empresas, o IPI, sobre produção industrial. Ele disse que isso não seria problema. Cintra chegou a falar na entrevista que me concedeu que poderia haver uma "Integração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica com o da Pessoa Física". Segundo ele, isso poderia reduzir a alíquota sobre as empresas, e combateria a pejo-tização. "Para acabarmos de se travestir uma atividade individual como pessoa jurídica, isso é um desvio que nós vamos corrigir".

O grande problema é que a reforma está sendo anunciada antes de ser feita e no meio de uma discussão de mudança previdenciária que já é complicação suficiente. A agenda de mudanças estruturais brasileiras tem várias etapas, sem dúvida. Uma delas é simplificar o sistema tributário, que passa também por unificar impostos. Porém, nada é fácil, e antes de entrar em aventuras fiscais é preciso entender como funcionaria. Cintra partiu da ideia do imposto único, que sempre defendeu sem sucesso, para esse tributo sobre pagamentos. A área econômica tem de tomar o cuidado de parar de atropelar a si mesmo no seu projeto de reformas.

ECONOMIA

Guedes diz que governo vai reduzir e simplificar impostos

INTERPRETAÇÃO O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que o governo federal está comprometido em reduzir e simplificar impostos. Ele afirmou que o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, foi "mal interpretado" ao dizer que até igrejas pagariam o novo imposto sobre transações financeiras que o governo pretende criar. Cintra é o responsável por fechar uma proposta de reforma tributária no Ministério da Economia.

A fala de Cintra, em uma entrevista à Folha de São Paulo, levou o presidente Jair Bolsonaro a gravar um vídeo desmentindo a informação de que haveria aumento de imposto para as igrejas. O presidente tem parte de sua base eleitoral formada pelo público evangélico.

"Marcos Cintra não fez uma proposta de aumento de impostos. Temos dito que vamos reduzir e simplificar impostos, em nenhum momento ele disse que vai aumentar impostos. Ele foi mal interpretado", afirmou Gue-

des quando deixava, em Brasília, a sede do Ministério da Economia acompanhado do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Maia, por sua vez, reiterou na mesma entrevista que "a Câmara tem muita dificuldade de tratar de aumento de impostos". No entanto, ponderou que o secretário Marcos Cintra falou "em tese" na entrevista concedida ao jornal Folha de S.Paulo. "Também não vamos transformar uma entrevista em tese em fato consumado, que não é verdadeiro, até porque não apresentou nenhuma proposta em concreto à Câmara dos Deputados", disse.

●● Marcos Cintra não fez uma proposta de aumento de impostos (...) Ele foi mal interpretado"
Paulo Guedes

ministro da economia

Cintra esteve com o presidente Jair Bolsonaro no fim da tarde, em reunião no Palácio do Planalto. O compromisso já estava agendado desde a semana passada, ou seja antes da publicação da entrevista e da desautorização pública do presidente.

Segundo apuração da Agência Estado, o secretário relatou ao presidente que foi mal interpretado e que a proposta de acabar com a contribuição que as empresas recolhem sobre a folha de pagamento ao INSS - antecipada pelo Estado no início de abril - pode na verdade reduzir a carga tributária sobre as igrejas.

Hoje as instituições religiosas pagam, como as empresas, 20% de tributos sobre a folha de pessoal.

O secretário Marcos Cintra defendeu ao presidente que, com a criação de um imposto sobre meios de pagamento, haverá uma carga tributária menor para as igrejas, uma vez que muitas delas têm custo elevado justamente com o pagamento de pessoal.

da União, que teve aumento de 11,1% ante 5,5% permitido.

'ESTIMAMOS PIORA'

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, disse ao apresentar os dados ontem, que a melhoria do resultado primário no 1º trimestre, quando o déficit ficou 31,9% menor do que em igual período de 2019, é temporária. "No ano, estamos estimando piora no déficit, na meta de R\$ 139 bilhões", afirmou.

Além disso, houve queda na despesa primária relacionada à dificuldade burocrática que os ministérios enfrentam para executar despesas, o chamado "empocamento". "O problema em 2019 não é despesa, é arrecadação. Estamos indo para um nível muito baixo de investimento público", completou.

Em março, o resultado primário ficou no vermelho em R\$ 21,108 bilhões, explicado, também, pelo crescimento sazonal da despesa mais elevada com abono salarial, sentenças judiciais e precatórios.

Plano do governo era zerar déficit no 1º ano

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, reconheceu que é difícil o governo conseguir zerar o déficit nas contas públicas ainda este ano. Ele disse, também, não se lembrar da promessa feita pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de eliminar o rombo ainda em 2019. A proposta consta no plano de governo do então candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, e o ministro tem falado nessa possibilidade como algo factível desde a transição.

"Zerar déficit é só ao longo dos anos", disse Mansueto. "Não me lembro de o ministro ter feito essa promessa. Você chegar nisso", completou o secretário.

O plano de governo de Bolsonaro diz que, na economia, haveria "atenção especial" ao controle de custos com a folha de pagamento da União. O documento também citou a necessidade de cortar despesas e rever renúncias tributárias. "O déficit público primário precisa ser eliminado já no primeiro ano e convertido em superávit no segundo ano".

diz o plano protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O secretário do Tesouro, por sua vez, explicou que nem mesmo o dinheiro do megaleilão de petróleo do pré-sal, programado para este ano, pode ser suficiente para zerar o déficit. Hoje, a meta é de um rombo de R\$ 139 bilhões, e o governo ainda precisou bloquear quase R\$ 30 bilhões em despesas para evitar riscos de violar essa meta.

Em sumário executivo distribuído pelo Tesouro, o governo faz a avaliação de que, sem o leilão, um déficit em 2019 menor que no ano passado (R\$ 120, 2 bilhões) "já seria um enorme ganho", indicando as dificuldades da equipe econômica em assegurar a redução gradual do rombo nas contas.

●● Zerar déficit é só ao longo dos anos (...) Não me lembro de o ministro ter feito essa promessa. Você chegar nisso Mansueto Almeida Secretário do Tesouro Nacional

Por ajuda, estados terão de equilibrar finanças

Os estados que quiserem aderir ao novo programa de socorro do governo federal precisarão montar um plano que assegure uma poupança corrente positiva até o fim do atual mandato, que termina em 2022. A poupança corrente é calculada pelas receitas correntes descontadas as despesas correntes (pessoal, custeio e serviço da dívida). "O PEF (Plano de Equilíbrio Fiscal) já está pronto e só depende de uma decisão política para ver o momento adequado de envio (ao Congresso)", disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

Segundo ele, o texto foi fechado no início da semana passada. O programa vai conceder garantias do Tesouro a novos empréstimos, para que governadores com dívida baixa, mas com excesso de despesas no curto prazo e sem nota de classificação que os credencie para novos créditos, possam ter algum alívio financeiro.

disse que os estados terão liberdade para definir quais medidas serão adotadas para atingir o equilíbrio necessário. A cada ano, eles terão de comprovar melhora na poupança corrente - que hoje é negativa em muitos deles - para que haja liberação de nova tranche da garantia do empréstimo, em um processo sucessivo até o ano de 2022.

Mesmo com um grau de liberdade para os estados definirem o plano de equilíbrio, Almeida ressaltou que as projeções do Tesouro apontam para a necessidade de cortar despesas para o cumprimento das metas. Nesse sentido, a aprovação da reforma da Previdência com estados e municípios incluídos será essencial e ajudará no PEF, disse o secretário.

●● O Plano de Equilíbrio Fiscal já está pronto e só depende de uma decisão política para ver o momento adequado de envio Mansueto Almeida Secretário do Tesouro Nacional

Caixa do governo foi reforçado por recursos de estatais

O resultado do governo central em março - mesmo deficiente - teve o reforço dos dividendos pagos pelas estatais, que somaram R\$ 2,8471 bilhões em março, ante R\$ 499,2 milhões pagos em igual mês de 2018. No acumulado do ano, as receitas com dividendos somaram R\$ 2,878 bilhões, alta real de 470% em relação a igual período de 2018.

Com isso, o Tesouro aumentou a projeção de insuficiência para o cumprimento da regra de ouro neste ano, de R\$ 95,7 bilhões para R\$ 110,4 bilhões. De acordo com o órgão, a ampliação da previsão de rombo se deveu à redução de R\$ 17,6 bilhões em investimentos e inversões financeiras por conta do contingenciamento feito em março. De janeiro a março, o total investido soma R\$ 6,232 bilhões, ante R\$ 8,930 bilhões em março de 2018.

A regra de ouro, prevista na Constituição, impede que o governo aumente sua dívida para pagar despesas correntes (salários e serviços como luz e telefone, por exemplo). O descumprimento pode levar o presidente a sofrer processo de impeachment por crime de responsabilidade.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1803/2017 - CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO... PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1902/2017 - CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO... PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2012/2017 - CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO... PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1120/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANÉLIA RODRIGUES... PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0720/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANÉLIA RODRIGUES... PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0920/2017 - CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ANÉLIA RODRIGUES... HOMOLOGADA DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGÊNCIA Nº 002/2019 - O Prefeito Homólogo e Juiz de Direito...

BRASKEM S.A. C.N.P.J. nº 42.150.339/0001-70 NIRE 29300006939 EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 1 DE ABRIL DE 2019 Ao 1º dia do mês de abril de 2019, às 16h00h, de maneira não presencial, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Braskem S.A., com a participação dos Conselheiros...

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0642/2018 - PMSF - Concorrência Pública nº 009/2018 - Contrato: AVANTE SERVIÇOS DE TRANSPORTES E URBANISMO LTDA-ME CNPJ 11.537.877/0001-27... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0037/2018 - PMSF - Pregão Presencial nº 003/2017 - Contrato: JOYCE ANDREA SANTOS PARENTE BEZERRA CNPJ 12.057.815/0001-86... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030/2018 - PMSF - Pregão Presencial nº 003/2017, Contrato: ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA MINIMERCADO EPP CNPJ 23.661.793/0001-85... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0040/2018 - PMSF - Pregão Presencial nº 003/2017, Contrato: ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA MINIMERCADO EPP CNPJ 23.661.793/0001-85... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0035/2018 - FMS - Dispensa de Licitação nº 020/2018, Contrato: TP2 MANUVEIRAS LTDA-ME CNPJ 22.753.656/0001-18... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0033/2018 - PMSF - Dispensa de Licitação nº 013/2018, Contrato: ASSOCIAÇÃO OBRAS SOCIAIS DA PARÓQUIA SÃO MIGUEL... EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL Nº 0066/2018 - PMSF - Concorrência Pública: 006/2017, Contrato: CROCIENET CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E MONTAGENS EIRELI-ME CNPJ 21.538.431/0001-33... EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL Nº 0017/2018 - PMSF - Concorrência Pública: 009/2017, Contrato: LN CONSTRUTORA LTDA CNPJ 03.249.155/0001-54... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0029/2018 - PMSF - Pregão Presencial nº 006/2018, Contrato: COMERCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA-ME CNPJ 40.621.178/0001-14... EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL Nº 0012/2018 - PMSF - Dispensa de Licitação nº 016/2017, Contrato: ELDENI DE ALCANTARA COSTA CPF 194.884.895-53... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030/2018 - FMS - Pregão Presencial nº 009/2018, Contrato: COOPERATIVA DE TRABALHO NAS ATIVIDADES DAS ÁREAS DE SAÚDE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO - COOPHEAT CNPJ 04.015.440/0001-04... EXTRATO DE ADITAMENTO CONTRATUAL Nº 0023/2018 - PMSF - Inexigibilidade de Licitação: 011/2017, Contrato: VERBA LEGIS PUBLICAÇÕES E CONSULTORIA LTDA-ME-ME CNPJ 30.120.768/0001-23... EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030/2018 - PMSF - Pregão Presencial nº 003/2017, Contrato: ANTONIO JESUS DE OLIVEIRA MINIMERCADO EPP CNPJ 23.661.793/0001-85

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 30/04/2019	Página: A17

FOLHA DE S.PAULO

Bolsonaro reage à proposta de igreja pagarem tributo

Presidente desautoriza modelo de cobrança defendido por secretário da Receita

29.abr.2019 às 9h14 Atualizado: 30.abr.2019 à 0h18

Rio de Janeiro e Brasília

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) divulgou, na manhã desta segunda-feira (29), um vídeo em que desautorizou o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, a incluir igrejas na cobrança de um novo tributo que acabaria com a contribuição previdenciária que incide sobre a folha de pagamento.

Em uma mensagem de 41 segundos, Bolsonaro disse que havia sido surpreendido pela declaração e reforçou que nenhum imposto será criado em sem governo, principalmente um que recaia sobre as igrejas. "Quero me dirigir a todos vocês, dizendo que essa declaração não procede", afirmou o presidente.

"Quero dizer que em nosso governo nenhum novo imposto será criado, em especial contra as igrejas, que, além de terem um excelente trabalho social prestado a toda a comunidade, reclamam eles, em parte com razão ao meu entendimento, que há uma bitributação nessa área", afirmou.

Ao final da mensagem, Bolsonaro fez questão de reforçar. "Então, bem claro: não haverá novo imposto para as igrejas. Bom dia a todos. E fiquem com Deus." À tarde, após voltar a Brasília da abertura de um evento do agronegócio no interior paulista, o presidente se reuniu separadamente com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com Cintra. A agenda com ambos já estava prevista desde sexta-feira (26).

O tema sobre os impostos foi tratado no encontro, mas o assunto "foi superado" pelo governo, segundo o porta-voz da Presidência, general Otávio Rêgo Barros.

Ele minimizou as diferenças entre o presidente e o secretário da Receita. "Não há fricção entre o nosso presidente e o secretário. Apenas o presidente, por conta de seus conceitos políticos, das suas percepções políticas --ele entendeu que não é necessário não se deve bitributar as igrejas em função do conhecimento que ele tem neste assunto", afirmou Rêgo Barros.

Questionado sobre a permanência de Cintra no governo, o porta-voz respondeu que Bolsonaro não falou sobre a possibilidade de saída do secretário. "O presidente absolutamente não fez nenhum comentário no sentido de que haja qualquer que seja a possibilidade de substituição."

Ao deixar o Palácio do Planalto no início da noite desta segunda, onde se reuniu com o presidente, Cintra se resumiu a dizer que fica no governo. ["Continuo e muito", afirmou.](#)

Em rápida declaração à imprensa, também à noite, o ministro Guedes disse que havia ocorrido um mal-entendido, pois Cintra não propôs aumento de tributos na entrevista concedida à **Folha**.

"Nós temos dito que vamos reduzir e simplificar impostos. Em nenhum momento ele disse que vai aumentar impostos, não foi isso que ele disse, foi mal-interpretado", afirmou.

O ministro não fez comentários sobre a declaração feita pelo secretário em defesa do fim da imunidade tributária para igrejas.

Na entrevista à **Folha**, o secretário da Receita falou sobre a criação de um novo imposto que acabaria com a contribuição previdenciária que incide sobre a folha de pagamento.

O novo tributo incidiria sobre todas as transações financeiras, bancárias ou não, com alíquota de 0,9% e rateado entre as duas pontas da operação (quem paga e quem recebe).

"Isso vai ser polêmico", reconheceu. "A base da CP [contribuição previdenciária] é universal, todo o mundo vai pagar esse imposto, igreja, a economia informal, até o contrabando", afirmou Cintra.

Na reforma tributária que está elaborando, o novo tributo substituiria a contribuição previdenciária sobre os salários, que drena R\$ 350 bilhões por ano de empresas e trabalhadores. "Vai ser pecado tributar salário no Brasil", disse.

A fala incomodou líderes evangélicos, que rapidamente [telefonaram para Bolsonaro pedindo explicações](#).

O presidente foi eleito com grande apoio da bancada evangélica.

Em resposta às reclamações, ele prometeu a congressistas que gravaria um vídeo desmentindo a cobrança. O vídeo foi distribuído para os líderes pelo WhatsApp antes mesmo de ser divulgado nas redes sociais do presidente.

Antes de fazer a gravação, Bolsonaro telefonou para o ministro Guedes questionando a declaração do secretário e avisando que desautorizaria sua fala.

Leia íntegra da mensagem:

Bom dia a todos!

Fui surpreendido nesta manhã com a declaração do nosso secretário da Receita de que seria criado um novo imposto para as igrejas.

Quero me dirigir a todos vocês, dizendo que essa informação não procede. Em nosso governo nenhum novo imposto será criado, em especial contra as igrejas, que além de terem um excelente trabalho social prestado a toda a comunidade reclamam eles, em parte com razão ao meu entendimento, que há uma bitributação nessa área.

Então, bem claro: não haverá novo imposto para as igrejas. Um bom dia a todos e fiquem com Deus.

FOLHA DE S.PAULO

Invencionice tributária

Numa decisão que fragiliza ainda mais os depauperados cofres públicos, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 6 votos a 4, ampliar os incentivos fiscais para a Zona Franca de Manaus (ZFM).

Na interpretação criativa da corte, empresas que comprarem insumos produzidos na região, já isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), terão mesmo assim o direito a crédito tributário — uma compensação financeira a cargo do governo — nas etapas subsequentes da cadeia produtiva.

Se o entendimento se mostra no mínimo controverso, o custo para o conjunto dos contribuintes é certo e estimado pela Receita Federal em R\$ 16 bilhões anuais.

Mesmo antes da nova benesse, a ZFM já figurava entre os maiores programas de subsídio oficial a empresas, a um custo de cerca de R\$ 25 bilhões ao ano. Foi estabelecida num longínquo 1967 como recurso temporário de fomento regional, mas um lobby público-privado e multipartidário já conseguiu esticar sua vigência até 2073.

Defensores da medida do STF repetem o surrado argumento da necessidade de apoiar entes menos desenvolvidos da Federação — como se a experiência já não tivesse demonstrado a baixa eficácia des-

se modelo obsoleto de incentivos.

Manaus abriga um caso raro, talvez único no mundo, de zona franca cujo objetivo principal não é exportar, mas produzir para o mercado interno. A teia de benefícios, agora ampliada, desestimula a modernização das fábricas e aprofunda o caos tributário nacional.

A distorção no sistema produtivo é evidente. Companhias alteram sua logística, sacrificando a eficiência, para reduzir o pagamento de impostos estaduais; a decisão do STF tende a gerar efeito similar.

Ademais, como alertam alguns especialistas, o crédito extra para os insumos pode tornar menos atrativa a produção de bens de maior valor agregado na região, com perda para a população local.

Passa da hora de enfrentar interesses estabelecidos e conceber mecanismos mais eficazes. Uma alternativa seria, por exemplo, aportes diretos da União com foco na proteção ambiental e exploração sustentável da biodiversidade.

Uma revisão geral dos excessivos benefícios tributários brasileiros, aliás, constitui o caminho mais óbvio para reduzir distorções econômicas e melhorar a qualidade da arrecadação dos governos — de preferência, com margem menor para invencionices judiciais.

Veículo: BNews	Caderno: Política
Data: 30.04.2019	



Política

Comissão especial da reforma da Previdência define plano de trabalho



30 de Abril de 2019 às 07:53 Por: *Pablo Valadares/Câmara dos Deputados* Por: *Agência Brasil0* comentários

O presidente da comissão especial que vai analisar o mérito da reforma da Previdência na Câmara, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), reúne-se na manhã desta terça-feira (30), em Brasília, com líderes partidários para definir o plano de trabalho do colegiado.

Instalada na semana passada, a comissão, composta por 49 membros e 49 suplentes de 25 partidos, terá a primeira sessão no dia 7 de maio.

Além dos líderes dos partidos que compõem a comissão, o relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 6/2019), deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), e o vice-presidente da comissão, deputado Silvio Costa Filho (PRB-PE), estarão presentes à reunião.

Em uma semana com poucas atividades legislativas por causa do feriado do Dia do Trabalho, nesta quarta-feira (1º), Marcelo Ramos deve definir o cronograma de trabalho, com reuniões de audiência pública com autoridades e especialistas, além das datas prováveis de discussão e votação da proposta.

Calendário da comissão - Nesta terça à tarde, ele pretende se reunir com a equipe técnica do governo para dialogar sobre o calendário dos trabalhos da comissão.

O deputado informou ontem (29) que os primeiros debates terão a equipe técnica do governo. Em seguida, o parlamentar quer ouvir governadores, prefeitos e representantes de corporações na comissão especial.

Em entrevista ao programa Revista Brasil, da Rádio Nacional, na sexta-feira (26), Ramos disse que fará todos os esforços para que até julho a proposta esteja pronta para ir a votação em plenário.

Ele avaliou que alguns pontos do texto enviado pelo governo federal são “quase natimortos”.

Segundo ele, os partidos do centro são contrários a mudanças nas regras do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da aposentadoria rural e à criação de um sistema de capitalização. Na avaliação de Ramos, esses três itens “não têm nenhuma condição política de serem superados”.

Para o deputado, o desafio da comissão será encontrar uma calibragem que atenda ao ajuste fiscal das contas públicas sem prejudicar as pessoas de menor renda.

FOLHA DE S.PAULO

Governo registra em março o 2º pior rombo da história; Previdência puxa retração

Bernardo Caram

BRASÍLIA As contas do governo federal registraram em março um rombo de R\$ 21,1 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta segunda-feira (29).

O resultado é o segundo pior da série histórica iniciada em 1997. O dado puxou para baixo o saldo acumulado do ano.

Com isso, no primeiro trimestre da gestão de Jair Bolsonaro (PSL), as contas públicas somaram um déficit de R\$ 9,3 bilhões.

Os números —que abrangem as contas do Tesouro, da Previdência Social e do Banco Central— mostram uma tendência de ampliação no rombo fiscal do governo, na contramão do discurso apregoado pelo ministro da Econo-

R\$ 21,1 bilhões

é o rombo registrado nas contas públicas em março deste ano

mia, Paulo Guedes, que busca zerar o déficit ainda neste ano.

Em janeiro, o saldo foi positivo em R\$ 30,2 bilhões.

O movimento se reverteu em fevereiro, com um déficit de R\$ 18,3 bilhões.

O saldo negativo se intensificou em março. O déficit de R\$ 21,1 bilhões no mês passado só não foi maior do que o registrado no mesmo período de 2018, de R\$ 24,5 bilhões.

A Previdência Social foi a responsável pelo rombo nas contas do governo.

Enquanto o Tesouro e o Banco Central tiveram superávit de R\$ 42,2 bilhões no trimestre, o regime geral de Previdência, que responde pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), registrou saldo negativo de R\$ 51,5 bilhões.

Veículo: Política Livre	
Data: 2/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Taxa de desemprego fica em 12,7% no primeiro trimestre do ano

A taxa de desemprego no país atingiu 12,7% no primeiro trimestre do ano, acima dos 11,6% do último trimestre de 2018. Houve, no entanto, queda na comparação com o primeiro trimestre do ano passado (13,1%). Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua (Pnad-C), divulgada hoje (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Veículo: Política Livre	
Data: 30/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Petrobrás reajusta o preço da gasolina em 3,5%

Foto: Paulo Libert / Estadão



Segundo a estatal, o preço do litro de diesel não sofrerá alterações

A Petrobrás anunciou nesta segunda-feira, 29, um reajuste médio de R\$ 0,07 no preço do litro de gasolina nas refinarias. A partir de terça-feira, 30, o preço médio passará de R\$ 1,975 para R\$ 2,045. Os R\$ 0,07 correspondem a um reajuste de 3,5%. O novo valor passará a valer a partir da meia-noite desta terça-feira. Segundo a Petrobrás, o preço do litro de diesel não sofrerá alterações. “Nossa política de preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. A paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos”, explicou a estatal em nota. Segundo a companhia, a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras são diferentes dos produtos no posto de combustíveis. São os combustíveis tipo A: gasolina antes da sua combinação com o etanol e diesel sem adição de biodiesel. “Os produtos vendidos nas bombas ao consumidor final são formados a partir do tipo A misturados a biocombustíveis”, explicou a Petrobrás.

Estadão

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 30/04/2019	Página: 06

Tribuna

Contas do governo com déficit

A Secretaria do Tesouro Nacional informou nesta segunda-feira (29) que as contas do governo registraram déficit primário de R\$ 21,108 bilhões em março.

Quando as despesas do governo superam as receitas com impostos e contribuições, o resultado é deficitário. Quando acontece o contrário, há superávit. O conceito "primário" não engloba os gastos com juros da dívida pública. É o que mostra reportagem de Alexandro Martello, G1 — Brasília

De acordo com números oficiais, houve melhora em comparação ao mesmo mês do ano passado – quando o rombo fiscal somou R\$ 24,495 bilhões. Mesmo assim, o resultado de março deste ano foi o segundo pior para os meses de março desde o início da série histórica, em 1997.

Em todo ano passado, as contas do governo registraram déficit primário de R\$ 120,258 bilhões, o equivalente a 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Foi o quinto ano seguido em que as contas ficaram no vermelho. Ao todo, segundo o Tesouro, as receitas (após transferências aos estados e municípios) somaram R\$ 94,408 bilhões no mês passado – alta real de 0,7% na comparação com março de 2018 –, e as despesas, R\$ 115,517 bilhões – queda real de 3,2% na mesma comparação.

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



ELO COM O MERCADO

Expoentes do mercado financeiro estão inquietos e ansiosos sobre as incertezas da tramitação e aprovação da reforma da Previdência no Congresso. O presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia (DEM-RJ), assumiu o papel de principal interlocutor da Esplanada com os investidores. O democrata tem se reunido constantemente, a portas fechadas, com grandes empresários que apostam cada vez menos na aprovação do texto no primeiro semestre. Nos encontros, o democrata mantém o tom de otimismo e afirma que, a despeito das dificuldades, a reforma será aprovada. Mas não garante se atinge metade do R\$ 1 trilhão em economia proposto pelo ministro Paulo Guedes.



Rodrigo Maia

Ajustes

Maia é um dos que defendem alterações na reforma, entre elas a manutenção das regras da aposentadoria rural e no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tenso

O cenário pró-reforma não está nada bom para o Governo no Senado. Será outro problema, talvez maior que na Câmara Federal.

Óleo na pista..

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) vai pedir à Agência Nacional de Transportes Terrestres e ao Ministério da Infraestrutura explicações sobre as medidas administrativas após a Operação Infinita Highway, da Polícia Federal. Ligado a Valdemar da Costa Neto, 'dono' do PR, o diretor-geral da ANTT, alvo da PF, despacha tranquilo na sede da Agência.

.. e acostamento

"Essa situação gera desgaste para a Agência e insegurança jurídica. Temos responsabilidade na escolha e também na fiscalização desses servidores públicos", resume o senador. Diretores de agências são aprovados em sabatinas no Senado.

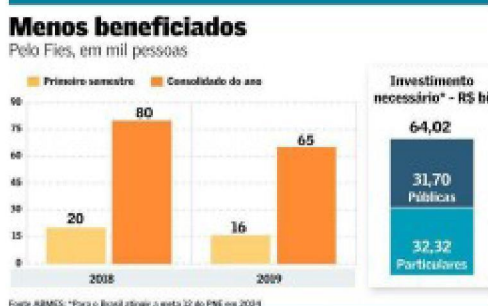
30/04/2019 - 05:00

País precisa investir R\$ 64 bi até 2024 para alcançar meta no ensino superior

Por **Andrea Jubé**

Levantamento feito pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) mostra que o governo terá de investir R\$ 64 bilhões no setor até 2024 para que o Brasil atinja a meta fixada pelo Plano Nacional de Educação (PNE). O educador e novo presidente da ABMES, Celso Niskier, pondera que o número corresponde a 6%, em cinco anos, do montante que se pretende economizar com a reforma da Previdência em dez anos.

Em entrevista ao **Valor**, o educador e reitor da UniCarioca, instituição com cerca de 15 mil alunos, diz que a decisão do governo de retirar recursos da área de humanas não afeta o setor privado, diante da autonomia das instituições, mas observa que o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) já reserva vagas para áreas prioritárias. Ele é favorável à gravação das aulas diante do inevitável uso da tecnologia, mas afirma que deve haver consenso entre as partes.



O presidente Jair Bolsonaro anunciou a decisão de descentralizar investimentos nos cursos de filosofia e sociologia, mas Niskier pondera que as "faculdades particulares têm autonomia para criar seus cursos conforme os interesses do mercado". Afirma, entretanto, que não é grande a procura por cursos na área de humanas no setor privado. Uma exceção é Pedagogia. "É o curso com maior procura no ensino à distância; é relevante porque o Fies identificou como área crítica a necessidade de professores qualificados."

Ele ressalta que Bolsonaro não inova ao definir prioridades na educação superior. No início de 2016, ainda na gestão Dilma Rousseff, o Fies passou a reservar 70% das vagas para áreas prioritárias: engenharia, saúde e formação de professores. Hoje esse percentual caiu para 60%, mas ainda vigora.

Sobre a gravação de professores em sala de aula, estimulada pelo próprio Bolsonaro nas redes sociais, Niskier pondera que se tornou uma realidade "comum nas salas de aula modernas", sobretudo nos cursos de educação à distância, onde "tudo se pode gravar e reproduzir, desde que haja prévia autorização". Como educador, ele diz que as aulas devem ser transparentes e mediadas pela tecnologia, mas o uso do audiovisual implica o consenso entre aluno e professor.

Filho do ex-presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL) Arnaldo Niskier, Celso Niskier toma posse no próximo dia 7, com a nova diretoria da ABMES. No dia seguinte, apresentará os estudos sobre a ampliação e aperfeiçoamento do Fies ao novo ministro da Educação, Abraham Weintraub. "O ministro Paulo Guedes quer economizar R\$ 1 trilhão em dez anos, e nós estamos falando em 6% dessa economia ao longo de cinco anos", argumenta.

Para o Brasil alcançar a meta do PNE, é preciso que 33% da população entre 18 e 24 anos esteja matriculada no ensino superior em 2024. Atualmente, 18% dos brasileiros nessa faixa etária estão na universidade.

O cenário atual sugere que, mantida essa proporção, essa meta será inalcançável.

A retração de matrículas no ensino superior vem se agravando nos últimos anos. Até abril, apenas 16 mil vagas oferecidas pelo Fies foram preenchidas - de um total de 100 mil. "É o pior resultado até agora, já é 20% pior que o do ano passado, quando 80 mil foram preenchidas." O receio do setor é fechar neste ano com 65 mil contratos assinados. No auge do programa, em 2014, foram 730 mil vagas preenchidas.

Os R\$ 64 bilhões a serem aplicados no ensino superior em cinco anos implicam R\$ 32,3 bilhões em investimentos nas instituições particulares (que abrigam 75% do total de alunos) e R\$ 31,7 bilhões nas públicas. Com esses recursos, seriam criadas 200 mil novas vagas anuais no ProUni, e 250 mil no Fies para gerar 3,1 milhões de novas vagas em cinco anos.

Segundo Niskier, mudanças feitas no Fies na gestão anterior de Michel Temer dificultaram o acesso dos estudantes. "O remédio matou o paciente, tornou-se um programa mais financeiro do que social", criticou. Agora, ele diz que "não precisa dar pirueta de costas", basta ampliar e aprimorar o ProUni e o Fies que o atraso dos últimos anos poderá ser superado.

Para ampliar o Fies, a ABMES sugere que o governo volte a oferecer o financiamento de 100% do curso - modalidade extinta nas últimas edições do programa. Num pacto com o governo, as instituições particulares poderiam oferecer descontos nas mensalidades, como uma "contrapartida social".

Outra proposta é de que os alunos comecem a pagar o financiamento desde o início, mesmo em valores módicos. "O aluno pode pagar, semestralmente, uma parte dos juros", exemplifica. Ele pondera que, com a carência para começar a pagar ao final do curso, muitas vezes o aluno "esquece" da dívida, ou não se preparou para pagá-la.

Sobre as críticas à alta inadimplência do Fies, Niskier questiona por que o governo não recorre ao fundo garantidor do programa, hoje com saldo de R\$ 12 bilhões. Trata-se do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que passou à gestão da Caixa Econômica Federal no ano passado e tem sido utilizado para abater o déficit fiscal.

Um cálculo atualizado da dívida do Fies foi publicado pelo jornal "O Globo" no sábado passado e indicou um saldo aproximado de R\$ 13 bilhões. Mas a ABMES contesta esse valor, que inclui parcelas com apenas uma semana de atraso. "A prática de cobrança tem que ser aprimorada, o governo não sabe cobrar."

Niskier acredita que Weintraub pode se revelar um bom ministro pela formação em economia e gestão. "Me parece um nome adequado em termos de formação para a discutir o futuro da educação." Mas admite que a sucessão de mudanças no MEC deixou o setor de educação superior em compasso de espera.

O setor aguarda a nomeação da nova equipe para retomar o diálogo sobre a avaliação das instituições. "Queremos mais equidade, são 2 mil instituições particulares, desde grandes grupos empresariais até as filantrópicas, inclusive pequenas instituições com menos de mil alunos", enumera. "As pequenas e as médias são analisadas pelos mesmos parâmetros que se aplicam aos grandes grupos. Queremos uma avaliação que reconheça as características regionais e valorize a responsabilidade social do setor", completa.

Ele reconhece que o governo Bolsonaro quer dar ênfase à educação básica, mas ressalta que o setor de ensino superior pode contribuir para isso. "Hoje formamos 110 mil estudantes de Pedagogia, uma massa de gente para atuar na alfabetização e na melhoria do ensino básico."

30/04/2019 - 05:00

Reforma vai poupar de R\$ 670 bi a R\$ 990 bi, vê Itaú

Por Sergio Lamucci



A reforma da Previdência a ser aprovada pelo Congresso deve gerar uma economia em torno de 50% a 75% do valor embutido na proposta do governo, que prevê uma poupança de R\$ 1,25 trilhão em dez anos, estima o Itaú Unibanco. Com isso, a mudança do sistema de aposentadorias fará a União economizar entre R\$ 670 bilhões e R\$ 990 bilhões de 2020 a 2029.

Nessas simulações, o resultado primário até 2027 ficará entre 1,4 e 1,9 ponto percentual do PIB maior do que num cenário sem a mudança no sistema de aposentadorias, calcula o economista Pedro Schneider, autor do estudo do

banco sobre os efeitos da reforma. Se for aprovada sem diluições, o resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) será 2,5 pontos do PIB maior em 2027 (o ano mais distante do cenário de longo prazo projetado pelo banco). Mas nem isso será suficiente para a volta dos superávits, adverte ele. Para isso, serão necessárias medidas como a limitação dos reajustes do salário mínimo à inflação passada e o controle dos gastos com servidores. Sem reforma, o déficit tende a se ampliar em 0,3% do PIB por ano, ou R\$ 20 bilhões.

Para Schneider, é provável que as propostas de mudanças na aposentadoria rural, no Benefício de Prestação Continuada (BPC, voltado para idosos de baixa renda e pessoas com deficiência) e no tempo mínimo de contribuição sejam retiradas e a regra de transição para o setor privado seja suavizada. Segundo ele, os três primeiros itens tirariam R\$ 164 bilhões da economia da reforma, enquanto a suavização das regras de transição retiraria cerca de R\$ 100 bilhões em dez anos.

Com essas diluições, a poupança com a reforma ficaria em R\$ 990 bilhões. No caso o tempo mínimo de contribuição, Schneider acredita que a elevação de 15 para 20 anos será derrubada. Ele também considera que haverá mudanças nas regras de transição, para torná-las mais suaves. Uma possível alteração é reduzir a idade mínima inicial, fixada na proposta do governo em 61 anos para homens e 56 anos para mulheres, para algo como 58 e 54 ou 57 e 55. O projeto prevê uma transição de 14 anos até chegar às idades de 65 para homens e 62 para mulheres. No caso da aposentadoria rural, não haveria a elevação da idade mínima para mulheres de 55 para 60 anos nem seria adotada a contribuição por grupo familiar de R\$ 600 por ano.

No caso do BPC, as regras em vigor seriam mantidas, garantindo um benefício assistencial de um salário mínimo a idosos de baixa renda aos 65 anos, talvez com a possibilidade de se optar pela alteração proposta pelo governo. Por ela, o beneficiário pode começar a receber R\$ 400 a partir de 60 anos, com o valor sendo corrigido pela inflação até atingir 70 anos, quando subiria para o salário mínimo.

Schneider considera que ainda outros pontos da reforma podem ser retirados da reforma, diluindo ainda mais a economia de recursos a ser obtida pelo governo. "As principais dúvidas remanescentes são em relação à restrição a paridade e integralidade dos servidores públicos, à focalização do abono salarial e à reoneração das exportações rurais", escreve ele.

Uma reforma que poupe apenas R\$ 670 bilhões em dez anos dispensaria a mudança no abono salarial. Pelo projeto em discussão no Congresso, o abono, que confere um salário mínimo por ano a quem recebe até dois mínimos, passaria a ser concedido apenas para quem recebe o equivalente a um piso salarial.

Além disso, a contribuição previdenciária não voltaria a ser cobrada dos exportadores rurais, diz Schneider. Por fim, ele avalia que, no caso dos servidores públicos, "é possível que seja colocada uma regra de transição tal que ainda seja permitida a aposentadoria integral e com paridade de reajustes em idades menores que 65/62 anos".

Para Schneider, a Câmara dos Deputados deve votar a reforma da Previdência em primeiro turno no fim de agosto, com o Senado aprovando a proposta no quarto trimestre, talvez em novembro. As estimativas do Itaú Unibanco com a economia a ser proporcionada pela mudança do sistema de aposentadorias são próximas às anunciadas pelo governo na semana passada. Enquanto Schneider prevê uma poupança de R\$ 1,253 trilhão de 2020 a 2029, o governo projeta R\$ 1,236 trilhão, sem incluir os R\$ 10 bilhões a serem obtidos com as alterações para os militares, que estão na conta do banco.

30/04/2019 - 05:00

Tesouro admite risco de receita com cessão onerosa ficar para 2020

Por Fábio Pupo e Ana Krüger

O Tesouro Nacional avalia como um cenário possível receber recursos da cessão onerosa apenas no ano que vem. Os R\$ 106 bilhões a serem pagos pelas petroleiras vencedoras da disputa amenizariam o déficit primário de R\$ 132 bilhões previsto para este ano, mas eventuais atrasos no processo podem postergar a receita para 2020.

O secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, afirmou que "o mais provável" é que o pagamento seja feito em 13 de dezembro, já que essa é a data definida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Mesmo assim, afirmou que eventuais atrasos podem jogar a receita para o ano que vem. "Basta uma judicialização e atrasar em 15 dias que o pagamento entrará em janeiro", disse.

O leilão é tratado como uma prioridade pelo governo para este ano, mas a receita com o processo ainda não é considerada oficialmente para 2019 já que não foi incluída no último relatório de avaliação orçamentária - divulgado há cerca de um mês. A justificativa é que ela ainda depende de diferentes etapas e, diante disso, o governo fez uma opção conservadora. "Se por algum motivo entra em 2 de janeiro, a gente ia descumprir a meta", disse. Uma estimativa melhor sobre o pagamento deve ocorrer nos próximos 30 a 40 dias, já que nesse período o tema será analisado por órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU).

Caso o pagamento seja feito ainda neste ano, a tendência é que o valor a ser destinado à Petrobras pela revisão do contrato (R\$ 33 bilhões) seja enquadrado como um crédito extraordinário. Dessa forma, ficaria fora do cálculo do teto de gastos. Se ficar para o ano que vem, será contemplado na Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem.

Também está sendo discutido pelo governo se o bônus do leilão será ou não dividido com Estados e municípios. Por enquanto, está acordado que haverá uma divisão do fundo social do pré-sal - cujos recursos pertencem hoje apenas à União. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirma que até 70% dos recursos do fundo devem ir para os entes. De qualquer forma, o tema ainda precisa receber aval do Congresso.

Enquanto o leilão é debatido, as contas públicas continuam no vermelho. De janeiro a março, o rombo foi de R\$ 21,1 bilhões - resultado causado pelos dados da Previdência. Apesar de o número ser 13% menor que um ano antes, Mansueto afirmou que a melhora é "temporária" diante do resultado total previsto para o ano. A redução vista no começo do ano ocorreu graças à redução de despesa (corte real de 3,2%, para R\$ 115,5 bilhões), já que a receita líquida ficou praticamente estável (aumento de 0,7%, para R\$ 94,4 bilhões).

O corte tem sido feito basicamente nas discricionárias, já que as obrigatórias precisam ser alteradas pelo Congresso, e isso tem afetado sobretudo os investimentos. De janeiro a março, houve um corte de 30% em relação ao mesmo período de um ano antes - para R\$ 6,2 bilhões. "O investimento já está chegando a um nível crítico. Daqui pra frente, a dinâmica para cumprir o teto terá de ser nas obrigatórias", disse.